



PENGUIN



CLÁSSICOS

CAMILO CASTELO BRANCO

AMOR DE PERDIÇÃO

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	
<i>Amor de Perdição, ainda?</i>	vii
Amor de Perdição	1
PREFÁCIO DA SEGUNDA EDIÇÃO	9
PREFÁCIO DA QUINTA EDIÇÃO	13
INTRODUÇÃO	15
I	17
II	25
III	31
IV	39
V	45
VI	53
VII	65
VIII	77
IX	87
X	95
XI	109
XII	117
XIII	125
XIV	133
XV	141
XVI	149
XVII	157
XVIII	163
XIX	169
XX	175
CONCLUSÃO	183

INTRODUÇÃO

Amor de Perdição, ainda?

*In times of crisis, we must all decide again
and again whom we love.*

Frank O'Hara

Seria decerto inconveniente começar o prefácio de uma edição deste tipo vacilando acerca do mérito de uma edição deste tipo. Não é esse o propósito; mas pode aparentar que anda perto, não obstante a primeira evidência: com efeito, ficaria mal a uma colecção de clássicos da literatura portuguesa não incluir obra tão irrecusável nesse âmbito como o *Amor de Perdição*, alegando ou apenas presumindo a simples consideração da disponibilidade no mercado livreiro de número apreciável de edições. O que, como se compreende, é equivalente a dizer que a integridade da colecção prevalece sobre a singularidade do livro; e então, precisamente porque é um clássico, se suscita, como oportuna e razoável, a pergunta sobre se certos clássicos se afirmam mais pela proliferação de edições — ou pela lamentação da falta delas — do que pela outra razão, que sempre tendemos a tomar por a única valiosa, a de serem muito lidos ou muito amados.

Na verdade, suportando esta e similares perguntas, encontra-se a muito frágil premissa de que a razão eficiente de um clássico ser clássico é possuir, entre as suas qualidades intrínsecas, aptidão

perpétua para recrutar novos leitores e promover novas leituras, continua ou intermitentemente. Muito frágil, repito, o que de imediato quase se comprova com facto esquisito de, neste particular, as respostas contrárias serem ambas verdadeiras: é acertado dizer que a novela de Camilo se edita muito porque é um clássico; é igualmente acertado contrapor que é um clássico porque se edita muito. A reciprocidade, porém, talvez seja acidental. Reformulando, então: o *Amor de Perdição* é em certo sentido um livro reconhecido como clássico, o que o torna familiar, tão familiar que nos dispensamos de o visitar — como se estivesse lido de uma vez para sempre —, mas não dispensamos que se publique e se ponha ao dispor nas livrarias; entretanto, noutra não menos certo sentido, o *Amor de Perdição* é um livro lido e muito amado, talvez o mais popular da bibliografia camiliana, e também isso contribuiu para que continue a publicar-se e posto ao dispor nas livrarias, até com prefácios apologéticos, ataviados de considerações superlativíssimas e juízos parcialíssimos, como o presente aliás se conformaria se não o tolhesse algum pudor.

O caso é que, onde quer que se atribua a Camilo o mais alto grau desta ou daquela qualidade que acompanharia — ou originaria — a grandeza de um escritor, a atribuição nunca prescinde do lamento ou surpresa de não haver mais gente a dar por isso. Isto não é o mesmo que dizer que Camilo não é um escritor popular; também não é o mesmo que dizer que não é suficientemente difundido, apreciado, valorizado. Mas é o mesmo que dizer que o leitor camiliano típico é impossível de satisfazer. Enamorado e reenamorado uma e outra vez, assim como lastima que Camilo não seja amado por muitos mais, nenhum amor lhe parece suficiente na duração e na vitalidade. É um amante impenitente; porém imune ao ciúme, sendo esse aliás o único drama: o seu amor alimenta-se justamente do próprio desejo de o partilhar com muitos, senão com todos, e são raros os que não conhecem maior enlevo do que o que experimentam na solidariedade da eleição afetiva. Ora, se tal singularidade até exemplifica bem o nosso amor pelos livros

e pela literatura, e o enlevo a que certa porção dela nos transporta, não deixa de constituir explicação provável para o não menos provável desaparecimento do leitor camiliano típico; embora a esperança, como se sabe...

Pois bem, é de enlevo e impenitência, até de esperança, que se trata neste tema do amor ou louvor de Camilo, que invariavelmente se manifesta na formulação em que predomina o superlativo. Caso paradigmático, o de Miguel de Unamuno. No célebre *Por tierras de Portugal y de España*, que inclui breve capítulo sobre «a literatura portuguesa contemporânea» (era isso em 1911), menciona Garrett e Herculano, Antero e Guerra Junqueiro, João de Deus e Oliveira Martins; mas o que se reteve, e com razoável frequência se cita, foi a menção a Camilo e o que nela inclui sobre o *Amor de Perdição*, de que oferece esta descrição superlativa: «a novela de paixão amorosa mais intensa e mais profunda que já se escreveu na península e um dos poucos livros representativos da nossa alma comum». Ora, esta descrição superlativa ocorre subordinada à interrogação do fenómeno que surpreendia Unamuno, segundo o próprio confessa: que o *Amor de Perdição* não fosse mais popular em Espanha. Como era possível que não fosse mais popular, sendo, além da tal novela mais intensa, rara representante da alma comum? e sendo Camilo, ainda por cima, mais espanhol que português, corroborando o que lhe dissera um dia Guerra Junqueiro? O superlativo é perentório, e percebe-se o efeito: apresenta o juízo de valor como se fosse indisputável, a fim de tornar surpreendente, porque inexplicável, a trivial evidência de a qualidade superlativa não ser reconhecida por quase ninguém à sua volta: o que está em causa não é a falta de reconhecimento, é o escândalo da contingência que o causa. Daí mesmo se segrega a esperança enleada na dúvida. No parágrafo que venho citando, Unamuno sugere que, ainda que tarde, o dia de Camilo talvez chegasse a Espanha como chegara o de Eça, «superiores um e outro em intensidade e profundidade a qualquer dos nossos romancistas espanhóis contemporâneos» (era isto, relembro,

em 1911; note-se que o *Amor de Perdição* tinha tido tradução espanhola em 1872, com uma segunda a aparecer em 1942). Nesse dia, o superlativo ter-se-ia feito tão trivial como o reconhecimento amplo e afectuoso da «intensidade e profundidade». Não calhou que chegasse; mas o superlativo sobreviveu, intacto enquanto expressão da surpresa e testemunho do amor impenitente, porém sem a energia para alimentar a esperança de que a contingência, agora reparadora, quem sabe, um dia... dado que...

A noção de que as obras literárias têm qualidades intrínsecas que lhes determinam a fortuna não é de todo exclusiva deste tipo de juízos e declarações. É mesmo noção muito vulgarizada e até prestável em momentos de aflicção crítica. A particularidade aqui, além dessa noção, é a surpresa diante da discrepância entre o alto grau das qualidades da obra e o alto grau do desconhecimento por parte de quem a devia também amar. Compreende-se que a «nossa comum alma ibérica» a pouco monta nesta estrutura. Podia até ser a nossa comum alma minhota. O amoroso insatisfeito, perentório no superlativo, entretém as mais engraçadas fantasias para engendrar o escândalo, meramente encobrendo a frustração do desejo de partilha com a frágil tensão entre merecimento e reconhecimento: como é possível que, manifestamente o mais, seja manifestamente o menos...?

Trata-se, é claro, de uma estrutura passional; e não é impossível que tenha sido engendrada pelo próprio Camilo e inserida, como modo de ler, nas suas repetidas declarações autocríticas. Mas o lance autocrítico camiliano é mais complexo ou, mais propriamente, irónico: a afirmação do alto merecimento das qualidades intrínsecas procede sem dissimulação, como sem dissimulação se exprime a noção de que tais qualidades nada podem contra um mundo que já não lhes reconhece valia literária ou outra; mas a passionalidade que se dissimula em prosa de feição humorística deriva da angústia da descontinuidade entre a pertinaz convicção de merecimento e a aceitação voluntária da contingência que o torna irrelevante e, impiedosa, lhe rouba o encanto dos leitores

e quem sabe o amor dos amigos. A fantasia que alimento, e agora deixo na forma de argumento, é que essa angústia deu feição decisiva à ironia de Camilo desde os finais dos anos 70 e se constituiu em legado por efeito de reconfiguração contumaz daqueles seus impenitentes leitores amigos que nos habituámos a chamar «camilianos».

Camilo — talvez na mais decisiva das suas ironias — foi o primeiro camiliano, ou seja, o primeiro a angustiar-se com a possibilidade de que obras, as suas, de tal merecimento viessem a ser ignoradas ou, quando menos, desdenhadas e mal amadas por efeito da voragem do moderno. E o testemunho disso, deu-o justamente no prefácio da quinta edição do *Amor de Perdição* (1879, a primeira data de 1861). Não era inusitado os livros de Camilo reeditarem-se, mas não chegavam tão longe. Compreende-se então que, nesse prefácio, Camilo qualificasse a nova edição como «êxito fenomenal e extra-lusitano» (este segundo qualificativo devia autorizar-se com a tradução espanhola que mencionei acima; não tenho notícia de nenhuma outra tradução antes da data do prefácio). A expressão, muito conhecida, deve ser considerada em paralelo com outras, do mesmo prefácio, como esta, não menos eloquente a respeito do paradoxo em que assenta todo o prefácio: «faz-me tristeza pensar que floresci eu nesta futilidade da novela». O parágrafo decisivo será este, com uma apreciação em que comprazimento e depreciação formam uma liga irónica irresistível: «Se comparo o *Amor de Perdição*, cuja 5.^a edição me parece um êxito fenomenal e extra-lusitano, com *O Crime do Padre Amaro* e *O Primo Basílio*, confesso, voluntariamente resignado, que para o esplendor destes dois livros foi preciso que a Arte se ataviasse dos primores lavrados no transcurso de dezesseis anos. *O Amor de Perdição*, visto à luz elétrica do criticismo moderno, é um romance romântico, declamatório, com bastantes aleijões líricos, e umas ideias celeradas que chegam a tocar no desaforo do sentimentalismo. Eu não cessarei de dizer mal desta novela, que tem a boçal inocência de não devassar alcovas, a fim de que

as senhoras a possam ler nas salas, em presença de suas filhas ou de suas mães, e não precisem de esconder-se com o livro no seu quarto de banho.»

Parte desta descrição retoma lugares frequentes na autocrítica de Camilo. Aqui, porém, o lance era propriamente novo por efeito do ponto de referência: *O Crime do Padre Amaro* e *O Primo Basílio*, ou seja, Eça de Queirós. Camilo defronta-se com o aparecimento dos «modernos» e, neste primeiro episódio de um confronto que terá cenas de maior ou menor violência verbal, o «êxito fenomenal e extra-lusitano», em vez de ponto forte de resistência do antigo, é tornado em motivo risível: o livro que fez chorar, «como indemnização, faz rir», e por isso se reimprime: «tornou-se cómico pela seriedade antiga, pelo raposinho que lhe deixou o ranço as velhas histórias do Trancoso e do padre Teodoro d'Almeida».

Dir-se-ia que o próprio Camilo aproveitou o sucesso da quinta edição para, em momento de particular comprazimento, oferecer aos detratores a melhor arma para depreciar a novela — uma feroz descrição de obsolescência em boa prosa. Neste sentido, foi o primeiro autor da mais persistente redução depreciativa do *Amor de Perdição*. Mas, ao mesmo tempo, a «futilidade da novela», formulação suprema da teoria camiliana da literatura — princípio de liberdade da prática romanesca diante das exigências de interpretação do país, ou de regeneração dos costumes, ou de educação do leitor... —, paira sobre todo o prefácio e vai além dos seus limites, ameaçando a nova escola, os novos romances e os novos modernos com o espectro de uma obsolescência que até pode ser, também ela, de tipo novo... O último parágrafo é uma declaração da inexorabilidade da queda da escola nova que então se erguia; declaração meio hipotética, por efeito da alegada proximidade da morte, mas não menos certa na última frase: «Se, por virtude da metempsicose, eu reaparecer na sociedade do século XXI, talvez me regozije de ver outra vez as lágrimas em moda nos braços da retórica, e esta 5.^a edição do *Amor de Perdição* quasi esgotada.»

Nós, que lemos isto na sociedade do século XXI, sem querer saber se existimos por virtude metempsicose, sabemos com razoável segurança que essa quinta edição está mais do que esgotada; que muitas outras se esgotaram depois, e que a presente se junta a todas, não apenas para se esgotar como elas mas também, se não se importam, para averiguar se a lágrimas estão outra vez em moda ou alguma vez deixaram de estar. O mais difícil parece ser avaliar a possibilidade de o autor daquelas linhas reaparecer, por virtude de metempsicose ou de outra força. Será?

O *Amor de Perdição* ajuda a perceber que não há dificuldade particular nessa operação; desde que se conduza a «futilidade da novela» a maior intensidade e profundidade, tendo à mão os termos prediletos de Unamuno, ou, adoptando a retórica que venho seguindo, se acolha com generosidade o endereçamento de amizade pela escrita e pela graça que Camilo lançou e continua a lançar.

De facto, o maior feito literário de Camilo foi a construção da figura do romancista: figura única, absolutamente singular, a seu modo intransigente na conduta enquanto escritor, responsável honesto e brioso do universo ficcional que criou e indefetivamente amigo de quem o lê. «Os livros antigos pagam liberalmente a quem os atura», escreveu a abrir o prefácio de uma coletânea de artigos de título, digamos, agrorromântico, *Cavar em Ruínas*: mas é um programa de trabalho e uma lição de literatura.

A originalidade do *Amor de Perdição* depende por inteiro dessa figura do romancista, a que chamamos, e bem, autor ou Camilo. Desde logo, a presença atuante e dominante do autor — segurando várias linhas de história, comentando, divergindo, admoestando uns, louvando outros, compondo cartas de paixão intensa ou de deliberação dolorosa — não deixa que se reduza a novela à paixão amorosa, mesmo intensa e profunda, e dificulta muitíssimo a recomposição do livro como todo orgânico governado por uma intenção de autor única e imutável: o sentido de leviandade literária do romancista, nunca colidindo com

a responsabilidade honesta que acima mencionei, permite-lhe movimentar-se no livro à vontade, ora expondo-se muito ora subtraindo-se à atenção do leitor com pretensões de argúcia.

Daí resultam curiosas incompreensões, sempre radicadas na figura do autor. A mais original na história do livro é, a meu ver, a que se deve a António Sérgio, não tanto pelo seu conteúdo como pelos seus efeitos. Em 1951, no primeiro número de uma revista fundada por Aquilino Ribeiro, *Camiliana & Vária*, expôs «um miudinho problema de psicologia e estética» que consistia no seguinte: Camilo não guiou o protagonista, Simão, em ações congruentes com o seu carácter. Para Sérgio, Simão é um criminoso nato, um degenerado sem nenhuma capacidade de autodomínio; seria ele o causador da desgraça amorosa e não o falso pai tirano, Tadeu Albuquerque. Daí que considere defeito crasso toda a cena do homicídio de Baltasar Coutinho.

Os camilianos não apreciam que se apontem defeitos sem licença ou pelo menos preparação prévia e demorada. Mas o que Sérgio chega a dizer tem relevância irrecusável: «Camilo não observou à risca, na concepção do romance, o verdadeiro carácter de Simão Botelho, deixando que a personagem se lhe escapasse das mãos e não dirigindo os atos do protagonista nos momentos culminantes da acção dramática, com a lucidez de análise que ali se impunha.» É certo que «observar à risca» não é coisa que nos ocorra nunca associar a Camilo; e, por outro lado, postular um «verdadeiro carácter» de Simão Botelho, ao mesmo tempo que adverte que não se refere «ao que de facto existiu» mas à «personagem novelesca e fictícia», resulta no absurdo de presumir um «verdadeiro carácter» independente da ficção e da acção do autor que a constrói. Apontar defeito, nesse particular, é eximir-se ao exercício laborioso de integrar o homicídio de Baltasar Coutinho na invenção de Simão, herói da novela.

Mas o importante, e definitivo, é que se escangalhou a noção da novela que até então se mantivera. Sérgio, justamente porque não duvidava de que Camilo pretendeu compor uma novela

de amores contrariados, reduzida à sentimentalidade romântica, depurada e conveniente, abriu nessa suposição uma brecha que já não fechou. Apareceram em consequência perguntas até então impossíveis, mas agora, além de possíveis, necessárias: Simão perdeu-se por amor? Simão morreu amando? Morreu amando ou apenas preocupado com o seu destino no degredo? Que significa a frase do capítulo XIX, onde se aprende que Simão, ao fim de dezanove meses de cárcere, já não tinha ânsia de amar, mas de viver?

Se o amor se desqualifica como causa da ação do herói, sobretudo no desenlace, pode bem dar-se que a reputação da novela de paixão amorosa mais intensa e mais profunda se baseie num equívoco, esse sim superlativo. Quem sabe este desfecho não danificou a aptidão do livro para seduzir, senão todos, ao menos os amantes de histórias de amor inquebrantável. Afinal, qual a coerência e qual o sentido dos atos de Simão?

Daqui a topiar com uma lacuna irremovível foi um passo: a cena do assassinio de Baltazar, que se supunha óbvia, tornou-se pouco clara ou até totalmente escura. Não há como recusar que, até ali, os atos de Simão foram narrados pelo autor com assinalável «lucidez de análise», particularmente aguda e pormenorizada na descrição de hesitações, oscilações, impulsos e deliberações. Mas, quando o herói chega à porta do convento e acaba por abater Baltazar Coutinho depois de lhe dirigir umas quantas frases de vincada altivez fidalga, o autor dir-se-ia retirar-se para apenas descrever a cena, sem esclarecimento nem comentário: como negar o mérito do argumento de António Sérgio quando argui que um impulsivo, se decidido a matar, vai, chega e mata sem perder tempo a reciprocamente insultos.

Mas o problema, que Sérgio não considerou, está em que nada sequer nos assegura que Simão tenha ido ao local com a intenção de matar Baltazar Coutinho; há mesmo a indicação contrária, desde logo quando diz a Teresa: «Sofra com resignação, de que lhe estou dando um exemplo.» A frase, se não enfurece um leitor mais susceptível ao cinismo, enfurece Tadeu de Albuquerque

e o sobrinho, que se «lança de ímpeto» a Simão e acaba morto pela bala que lhe abriu o crânio.

Que aconteceu ali ao certo? O autor, tão solícito e competente em esclarecimentos, parece, ele próprio, atônito, surpreendido pelo tiro: será que o herói se libertou do domínio do autor e resolveu atuar por sua conta e risco? A hipótese é faceta, mas a aparência dela muito sugestiva: pode dar-se que, daquele ponto em diante, a condição do herói na novela se altere e ele se torne herói autônomo, incumbido de dizer quem é e o que fez e faz, em vez de apenas submetido à descrição do autor. E, se for assim, então muda tudo. De facto, o homicídio de Baltasar Coutinho é um ato inteiramente inexplicável, pela simples razão de a explicação depender por inteiro da interpretação que Simão elabora de si e da sua conduta: por impulso ou acidente, deliberação que nos foi ocultada, provocação de armadilha ao rival, ou o que seja, alguma coisa dessas ou outra aconteceu que o tornou um herói retroativo, que define pela redescritção a que sujeita, não apenas o ato homicida, mas a obstinação de o reclamar como *sem*. Para essa redescritção não há versão rival autorizada — esse o ponto anômalo ou inusitado na ficção camiliana. Deixando inexplicável o ato homicida, quem manda na novela, o nosso amigo autor, deixa Simão com a liberdade de o explicar sem lhe dar a autoridade de constituir essa explicação verdade inquestionável. Numa palavra, a novela não representa o jovem amoroso perdido por amor, representa o herói que, recusando ser vítima do destino, reclama a liberdade de se sujeitar ao destino que ele próprio para si configurou.

A maior desgraça de Simão — outro pilar da originalidade do romance em que se mostra que o autor, afinal, não dorme em serviço — é não poder fazer isso sozinho. Precisa de uma testemunha que lhe sobreviva e conte a história. No capítulo XVIII, aquele em que Mariana lhe diz que partirá com ele para o degredo, Simão responde-lhe isto: «Sou infeliz por não poder fazê-la minha mulher. Eu queria que Mariana pudesse dizer: “Sacrifiqui-me

por meu marido; no dia em que o vi ferido em casa de meu pai, velei as noites a seu lado; quando a desgraça o encerrou entre ferros, dei-lhe o pão que nem seus ricos pais lhe davam; quando o vi sentenciado à forca, endoideci; quando a luz da minha razão me tornou num raio de compaixão divina, corri ao segundo cárcere, alimentei-o, vesti-o, e adornei-lhe as paredes nuas do seu antro; quando o desterraram, acompanhei-o, fiz-me a pátria daquele pobre coração, trabalhei à luz do sol homicida para ele se resguardar do clima, do trabalho, e do desamparo, que o matariam...» Note-se que Simão se alonga a falar de si quando o propósito parecia ser consolar a órfã apaixonada que insiste em acompanhá-lo na desgraça: a alternativa conjugal, que no seu ver faria a felicidade de Mariana, resume-se à narrativa de uma viúva. A insensibilidade emparceira com a incapacidade de distinguir a singularidade do amor de Mariana; obnubilado pela figuração do seu destino, Simão encara o infortúnio de Mariana diluindo-lhe a particularidade num confronto com a possibilidade última de assegurar uma sobrevivente capaz de lhe contar a história segundo a linha de coerência que ele próprio prescreve. A impossibilidade de Mariana cumprir essa tarefa é irremovível: não sabe escrever e, aliás, nem sequer lhe sobrevive: é o amor que tem por Simão que nela causa a determinação de não lhe sobreviver.

A contrapartida necessária destas observações é o reconhecimento de que o romancista tinha obrigações que preferiu não cumprir, descrição a meu ver mais atraente do que o defeito e incompetência que Sérgio repreendeu: e não as cumprindo, em certo e muito preciso sentido, Camilo é o sobrevivente que conta a história, e prefere contá-la recusando tanto a convencionalidade da novela de amores contrariados como o guião prescrito pelo herói para a hipotética narrativa de Mariana, negando-lhe assim solidariedade com a fantasia autobiográfica que o dominou. Acresce, por outro lado, que Camilo também não conta, limitando-se à correspondência entre Simão e Teresa, as cartas que a mesma Mariana largou para se abraçar ao cadáver de Simão. Esta segunda recusa

consolida a primeira. A novela escapa às convenções da novela sentimental para representar as tensões da liberdade individual.

Mas reconhecer que o romancista não cumpriu algumas das suas obrigações, mesmo apurando um ganho evidente, ainda corre o risco de redução depreciativa. Camilo não cumpriu certas obrigações porque é próprio da sua maneira a insubordinação perante as obrigações. Decerto há obrigações de natureza diversa e não calha bem elogiar a insubordinação indiscriminada. Mas nem é disso que se trata. O que constitui o livro uma unidade admirável e coerente é a afirmação da autoridade do autor sobre a própria obra enquanto afirmação de liberdade: liberdade que autoriza a insubordinação perante a história a narrar, perante o leitor que a vai ler, perante as convenções ou rotinas esperadas do romancista, perante o próprio texto em pleno curso de o escrever. No fundo, o romancista, ao contrário de Mariana, sabe escrever, e escrever sobrepõe-se tanto aos brios do herói como às exigências do leitor.

O exemplo mais claro vai o leitor encontrá-lo no capítulo XVI, muito perto do final, quando tudo está praticamente decidido no destino de Simão, Teresa e Mariana. Camilo começa por um «incidente não muito concertado com o seguimento da história» e termina, em nota de rodapé, com um episódio cómico, que garante ter testemunhado no escritório do advogado Marcelino de Matos no próprio dia em que o escreve, 21 de setembro de 1861. Como explicar esta interrupção para introduzir uma típica anedota a dois passos do desfecho em que os desgraçados morrerem? O leitor circunspecto dirá que Camilo ali resvala desnecessariamente para o cómico. Mas o próprio capítulo já era uma despudorada irrisão do sentimentalismo amoroso. E, afinal, não requer muita argúcia perceber que a história de Simão e Teresa está cercada pelo cómico desde o começo. Ora o cómico tem a liberdade como único fundamento, sobretudo num livro destes, e apenas se entende como exercício de liberdade. Não precisamos de outra explicação. O cómico alastra-se e ameaça tudo a partir do tom desprendido e insubordinado do romancista que preza, antes

do mais, a liberdade de ser desprendido e insubordinado, ainda quando acolhe com grande desvelo o rasgo da sentimentalidade.

À luz elétrica do criticismo moderno, não será grande feito; mas é a liberdade maior do romancista. Desprendido e insubordinado. Assim mesmo, recorro, nos endereça um apelo de amizade, genuína e duradoura, já que se vai renovando a cada visita — a alegria diante da graça, a admiração diante da escrita, o fascínio diante da presença que se mostra e se esquiva, mas não vacila quando é preciso escrever o que o seu herói precisa de escrever. Por exemplo, coisas como estas: «a submissão é uma ignomínia quando o poder paternal é uma afronta». Quem lhe resiste com uma frase destas? Daí o *Amor de Perdição*. Ainda.

Abel Barros Baptista

Amor de Perdição

*Quem viu jamais vida amorosa que
não a visse afogada nas lágrimas do
desastre ou do arrependimento?*

D. Francisco Manuel
(Epanafora amorosa)

Ao
Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.
António Maria de Fontes Pereira de Melo
Dedica

o Autor

Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.

Há de pensar muita gente que V. Ex.^a não dá valor algum a este livro, que a minha gratidão lhe dedica, por que muita gente está persuadida que ministros de Estado não leem novelas. É um engano. Uma vez, ouvi eu um colega de V. Ex.^a discorrer no parlamento acerca de caminhos de ferro. Com tanto engenho o fazia, de tantas flores matizara aquela matéria, que me deleitou ouvi-lo. Na noite desse dia, encontrei o colega de V. Ex.^a a ler a Fanny, aquela Fanny, que sabia tanto de caminhos de ferro como eu.

Que V. Ex.^a tem romances na sua biblioteca, é convicção minha. Que lá tem alguns, que não leu, porque o tempo lhe falece, e outros porque não merecem tempo, também o creio. Dê V. Ex.^a, no lote dos segundos, um lugar a este livro, e terá assim V. Ex.^a significado que o recebe e aprecia, por levar em si o nome do mais agradecido e respeitador criado de V. Ex.^a.

*Na cadeia da Relação do Porto,
aos 24 de setembro de 1861.*

Camilo Castelo Branco

PREFÁCIO DA SEGUNDA EDIÇÃO

Nas *Memórias do cárcere*, referindo-me ao romance que novamente se imprime, escrevi estas linhas:

«O romance, escrito em seguimento daquele (*O romance de um homem rico*), foi o *Amor de perdição*. Desde menino, ouvia eu contar a triste história de meu tio paterno Simão António Botelho. Minha tia, irmã dele, solicitada por minha curiosidade, estava sempre pronta a repetir o facto, aligado à sua mocidade. Lembrou-me naturalmente na cadeia muitas vezes meu tio, que ali devera estar inscrito no Livro das entradas no cárcere e das saídas para o degredo. Folheei os livros desde os de 1800, e achei a notícia com pouca fadiga e alvoroços de contentamento, como se em minha alçada estivesse adornar-lhe a memória, como recompensa das suas trágicas e afrontosas dores em vida tão breve. Sabia eu que em casa de minha irmã estavam acantoados uns maços de papéis antigos, tendentes a esclarecer a nubelosa história de meu tio. Pedi aos contemporâneos, que o conheceram, notícias e miudezas, a fim de entrar de consciência naquele trabalho. Escrevi o romance em quinze dias, os mais atormentados de minha vida. Tão horrorizada tenho deles a memória, que nunca mais abrirei o *Amor de perdição*, nem lhe passarei a lima sobre os defeitos nas edições futuras, se é que não saiu tolhiço incorregível da primeira. Não sei se lá digo que meu tio Simão chorava, e menos sei se o leitor chorou com ele. De mim lhe juro que...»

Vão passados quasi dois anos, depois que protestei não mais abrir este romance. No decurso de dois anos tive de afrontar-me com uns infortúnios menos vulgares que a privação da liberdade, e esqueci os horrores dos outros, a ponto de os recordar sem espanto, e simplesmente como fuzis indispensáveis nesta minha cadea, em que já me vou retorcendo e saboreando com infernal deleitação. Abri o livro, como se o tivesse escrito nos dias mais festivos da minha mocidade; se bem que eu falo em dias de mocidade por me dizer a minha certidão de idade que eu já fui moço; que no tocante a festas de juventude, estou agora esperando que elas venham no outono, e é de crer que venham, acamaradas com o reumatismo e gota.

Este livro, cujo êxito se me antolhava mau, quando eu o ia escrevendo, teve uma receção de primazia sobre todos os seus irmãos. Movia-me à desconfiança o ser ele triste, sem interpolação de risos, sombrio, e rematado por catástrofe de confrangir o ânimo dos leitores, que se interessam na boa sorte de uns, e no castigo doutros personagens. Em honra e louvor das pessoas que estimaram o meu livro, confessarei agradavelmente que julguei mal delas. Não aprovo a qualificação; mas a crítica escrita conformou-se com a opinião da maioria que antepõe o *Amor de perdição* ao *Romance de um homem rico* e às *Estrelas propícias*.

É grande parte neste favorável, embora insustentável juízo, a rapidez das peripécias, a derivação concisa do diálogo para os pontos essenciais do enredo, a ausência de divagações filosóficas, a lhaneza da linguagem e desartifício das locuções. Isto, enquanto a mim, não pode ser um merecimento absoluto. O romance, que não estribar em outras recomendações mais sólidas, deve ter uma voga mui pouco duradoura.

Estou quasi convencido de que o romance, tendendo a apelar da iníqua sentença, que o condena a fulgir e apagar-se, tem de firmar sua duração em alguma espécie de utilidade, tal como o estudo da alma, ou a pureza do dizer. E dou mais pelo segundo merecimento; que a alma está sobejamente estudada e desvelada

nas literaturas antigas, em nome e por amor das quais muita gente abomina o romance moderno, e jura morrer sem ter lido o melhor do mais apregoado autor. Dou-me por suspeito nesta questão. Graças a Deus, ainda não escrevi duas linhas a meu favor, nem sequer nas locais do jornalismo. Até escrupulizo em dizer que devem ler-se romances: não vão cuidar que eu recomendo os meus.

É certo que tenho querido imprimir em alguns de meus livros o cunho da utilidade com o valor da linguagem sã e ajeitada à expressão de ideias, que pareciam estranhas, como de feito eram, e não se nos deparam nos escritos dos Sousas, Lucenas e Bernardes. Em verdade, foi isto mirar muito longe com vista muito curta; assim mesmo, fiz o que pude; e neste livro direi que fiz menos do que podia. Nos *quinze atormentados dias*, em que o escrevi, faleceu-me o vagar e contenção que requer o acepillar e brunir períodos. O que eu queria era afogar as horas, e afogar talvez a necessidade de vender o meu tempo, as minhas meditações silenciosas, e o direito de me espreguiçar como toda a gente, e o prazer ainda de ser tão lustroso na linguagem, quanto, em diversas circunstâncias, podia ser.

O que então não fiz, também agora o não faço, senão em pouquíssimo e muito de corrida. O livro agradou como está. Seria desacerto e ingratidão demudar sensivelmente, quer na essência, quer na compostura, o que, tal qual é, foi bem recebido.

Porto — setembro de 1863

PREFÁCIO DA QUINTA EDIÇÃO

Publiquei, há vinte e dois anos, o romance *Onde está a felicidade?* — Pouco depois, Alexandre Herculano, republicando as *Lendas e narrativas*, escrevia na *Advertência*: «... Nestes quinze ou vinte anos, criou-se uma literatura, e pode dizer-se que não há ano que não lhe traga um progresso. Desde as *Lendas e narrativas* até o livro *Onde está a felicidade?* que vasto espaço transposto?»

Se comparo o *Amor de perdição*, cuja 5.^a edição me parece um êxito fenomenal e extralusitano, com *O crime do padre Amaro* e *O primo Basílio*, confesso, voluntariamente resignado, que para o esplendor destes dois livros foi preciso que a Arte se ataviasse dos primores lavrados no transcurso de dezesseis anos. O *Amor de perdição*, visto à luz elétrica do criticismo moderno, é um romance romântico, declamatório, com bastantes aleijões líricos, e umas ideias celeradas que chegam a tocar no desaforo do sentimentalismo. Eu não cessarei de dizer mal desta novela, que tem a boçal inocência de não devassar alcovas, a fim de que as senhoras a possam ler nas salas, em presença de suas filhas ou de suas mães, e não precisem de esconder-se com o livro no seu quarto de banho. Dizem, porém, que o *Amor de perdição* fez chorar. Mau foi isso. Mas agora, como indemnização, faz rir: tornou-se cómico pela seriedade antiga, pelo raposinho que lhe deixou o ranço das velhas histórias do Trancoso e do padre Teodoro d'Almeida.

E por isso mesmo se reimprime. O bom senso público relê isto, compara com aquilo, e vinga-se barrufando com frouxos

de riso realista as páginas que há dez anos aljofarava com lágrimas românticas.

Faz-me tristeza pensar eu que floreci nesta futilidade da novela quando as dores da alma podiam ser descritas sem grande desaire da gramática e da decência. Usava-se então a retórica de preferência ao calão. O escritor antepunha a frequência de Quintiliano à do *Colete encarnado*. A gente imaginava que os alcouces não abriam gabinetes de leitura e artes correlativas. Ai! quem me dera ter antes desabrochado hoje com os punhos arregaçados para espremer o pus de muitas escrófulas à face do leitor! Naquele tempo, enflorava-se a pústula; agora, a carne com vareja pendura-se na escápula e vende-se bem, porque muita gente não desgosta de se narcisar num espelho fiel.

Pois que estou a dobrar o cabo tormentoso da morte, já não verei onde vai desaguar este enxurro, que rola no bojo a Ideia Novíssima. Como a honestidade é a alma da vida civil, e o decoro é o nó dos liames que atam a sociedade, lembra-me se vergonha e sociedade ruirão ao mesmo tempo por efeito de uma grande evolução rigolboche. A lógica diz isto; mas a Providência, que usa mais da metafísica que da lógica, provavelmente fará outra coisa. Se, por virtude da metempsicose, eu reaparecer na sociedade do século XXI, talvez me regozije de ver outra vez as lágrimas em moda nos braços da retórica, e esta 5.^a edição do *Amor de perdição* quasi esgotada.

S. Miguel de Seide, 8 de fevereiro de 1879

Camilo Castelo Branco

INTRODUÇÃO

Folheando os livros de antigos assentamentos, no cartório das cadeias da Relação do Porto, li, no das intradas dos presos desde 1803 a 1805, a folhas 232, o seguinte:

Simão Antonio Botelho, que assim disse chamar-se, ser solteiro, e estudante na Universidade de Coimbra, natural da cidade de Lisboa, e assistente na ocasião de sua prisão na cidade de Vizeu, idade de dezoito annos, filho de Domingos Jose Correa Botelho e de D. Rita Preciosa Caldeirão Castello Branco; estatuta ordinaria, cara redonda, olhos castanhos, cabelo e barba preta, vestido com jaqueta de baetão azul, collête de fustão pintado e calça de panno pedrez. E fiz este assento, que assignei — Filippe Moreira Dias.

À margem esquerda deste assento está escrito:

Foi para a Índia em 17 de março de 1807.

Não seria fiar demasiadamente na sensibilidade do leitor, se cuido que o degredo de um moço de dezoito anos lhe há de fazer dó.

Dezoito anos! O arrebol dourado e escarlate da manhã da vida! As louçanias do coração que ainda não sonha em frutos, e todo se embalsama no perfume das flores! Dezoito anos! O amor daquela idade! A passagem do seio da família, dos braços

de mãe, dos beijos das irmãs para as carícias mais doces da virgem, que se lhe abre ao lado como flor da mesma sação e dos mesmos aromas, e à mesma hora da vida! Dezoito anos!... E degredado da pátria, do amor, e da família! Nunca mais o céu de Portugal, nem liberdade, nem irmãos, nem mãe, nem reabilitação, nem dignidade, nem um amigo!... É triste!

Amou, perdeu-se, e morreu amando.

É a história. E história assim poderá ouvi-la a olhos enxutos a mulher, a criatura mais bem formada das branduras da piedade, a que por vezes traz consigo do céu um reflexo da divina misericórdia; essa, a minha leitora, a carinhosa amiga de todos os infelizes, não choraria se lhe dissessem que o pobre moço perdera honra, reabilitação, pátria, liberdade, irmãos, mãe, vida, tudo, por amor da primeira mulher que o despertou do seu dormir de inocentes desejos?!

Chorava, chorava! Assim eu lhe soubesse dizer o doloroso sobressalto que me causaram aquelas linhas, de propósito procuradas, e lidas com amargura e respeito e, ao mesmo tempo, ódio. Ódio, sim... A tempo verão se é perdoável o ódio, ou se antes me não fora melhor abrir mão desde já de uma história que me pode acarear enojos dos frios julgadores do coração, e das sentenças que eu aqui lavrar contra a falsa virtude de homens, feitos bárbaros, em nome de sua honra.

I

Domingos José Correia Botelho de Mesquita e Menezes, fidalgo de linhagem, e um dos mais antigos solarengos da Vila Real de Trás-os-Montes, era, em 1779, juiz de fora de Cascais, e nesse mesmo ano casara com uma dama do paço, D. Rita Teresa Margarida Preciosa da Veiga Caldeirão Castello Branco, filha dum capitão de cavalos, e neta de outro, António de Azevedo Castello Branco Pereira da Silva, tão notável por sua jerarquia, como por um, naquele tempo, precioso livro acerca da Arte da Guerra.

Dez anos de enamorado, mal sucedido, consumira em Lisboa o bacharel provinciano. Para fazer-se amar da formosa dama de D. Maria I minguavam-lhe dotes físicos: Domingos Botelho era extremamente feio. Para se inculcar como partido conveniente a uma filha segunda, faltavam-lhe bens de fortuna: os haveres dele não excediam a trinta mil cruzados em propriedades no Douro. Os dotes de espírito não o recomendavam também: era alcançadíssimo de inteligência, e granjeara entre os seus condiscípulos da universidade o epíteto de «brocas» com que ainda hoje os seus descendentes em Vila Real são conhecidos. Bem ou mal derivado, o epíteto *brocas* vem de *broa*. Entenderam os académicos que a rudeza do seu condiscípulo procedia do muito pão de milho que ele digerira na sua terra.

Domingos Botelho devia ter uma vocação qualquer, e tinha: era excelente flautista; foi a primeira flauta do seu tempo; e a tocar flauta se sustentou dois anos em Coimbra, durante os quais seu

pai lhe suspendeu as mesadas, porque os rendimentos da casa não bastavam a livrar outro filho de um crime de morte.*

Formara-se Domingos Botelho em 1767, e fora a Lisboa ler no desembargo do paço, iniciação banal dos que aspiravam à carreira da magistratura. Já Fernão Botelho, pai do bacharel, fora bem aceite em Lisboa, e mormente ao duque de Aveiro, cuja estima lhe teve a cabeça em risco, na tentativa regicida de 1758. O provinciano saiu das masmorras da Junqueira ilibado da infamante nódoa, e até benquistado do conde de Oeiras, porque tomara parte na prova que este fizera do primor de sua genealogia sobre a dos Pintos Coelho do Bonjardim do Porto: pleito ridículo, mas estrondoso, movido pela recusa que o fidalgo portuense fizera de sua filha ao filho de Sebastião José de Carvalho.

As artes com que o bacharel flautista vingou insinuar-se na estima de D. Maria I e Pedro III não as sei eu. É tradição que o homem fazia rir a rainha com as suas facécias, e porventura com os trejeitos de que tirava o melhor do seu espírito. O certo é que Domingos Botelho frequentava o paço, e recebia do bolsinho da soberana uma farta pensão, com a qual o aspirante a juiz de fora se esqueceu de si, do futuro, e do ministro da Justiça que, muito rogado, fiara das suas letras o encargo de juiz de fora de Cascais.

Já está dito que ele se atreveu aos amores do paço, não poetando como Luís de Camões ou Bernardim Ribeiro; mas

* Há vinte anos que eu ouvi dum coevo do facto a história do assassinio assim contada: Era em Quinta-Feira Santa. Marcos Botelho, irmão de Domingos, estava na festa de Endoenças, em S. Francisco, defrontando com uma dama, namorada sua, e desleal dama que ela era. Noutra ponta da igreja estava, apontado em olhos e coração à mesma mulher, um alferes de infantaria. Marcos enfreou o seu ciúme até ao final do officio da Paixão. À saída do templo e encarou no militar, e provocou-o. O alferes tirou da espada, e o fidalgo do espadim. Terçaram as armas longo tempo sem desaire, nem sangue. Amigos de ambos tinham conseguido aplacá-los, quando Luís Botelho, outro irmão de Marcos, desfechou uma clavina no peito do alferes, e ali, à entrada da «Rua do Jogo da Bola», o derribou morto. O homicida foi livre por graça régia.

namorando na sua prosa provinciana, e captando a benquerença da rainha para amolecer as durezas da dama. Devia de ser, afinal, feliz o «doutor bexiga» — que assim era na corte conhecido — para se não desconcertar a discórdia em que andam rixados o talento e a felicidade. Domingos Botelho casou com D. Rita Preciosa. Rita era uma formosura, que ainda aos cinquenta anos se podia prezar de o ser. E não tinha outro dote, se não é dote uma série de avoengos, uns bispos, outros generais, e entre estes o que morrera frígido em caldeirão de não sei que terra da mourisma; glória, na verdade, um pouco ardente; mas de tal monta que os descendentes do general frito se assinaram *Caldeirões*.

A dama do paço não foi ditosa com o marido. Molestavam-na saudades da corte, das pompas das câmaras reais, e dos amores de sua feição e molde, que imolou ao capricho da rainha. Este desgostoso viver, porém, não empeceu que se reproduzissem em dois filhos e três meninas. O mais velho era Manuel, o segundo Simão; das meninas uma era Maria, a segunda Ana, e a última tinha o nome de sua mãe, e alguns traços da beleza dela.

O juiz de fora de Cascais, solicitando lugar de mais graduado banco, demorava em Lisboa, na freguesia da Ajuda em 1784. Neste ano é que nasceu Simão, o penúltimo de seus filhos. Conseguiu ele, sempre balanceado da fortuna, transferência para Vila Real, sua ambição suprema.

A distância duma légua de Vila Real estava a nobreza da vila esperando o seu conterrâneo. Cada família tinha a sua liteira com o brasão da casa. A dos Correias de Mesquita era a mais antiquada no feitio, e as librés dos criados as mais surradas e traçadas que figuravam na comitiva.

D. Rita, avistando o préstito das liteiras, ajustou ao olho direito a sua grande luneta de oiro, e disse:

— Ó Menezes, aquilo que é?

— São os nossos amigos e parentes que vêm esperar-nos.

— Em que século estamos nós nesta montanha? — tornou a dama do paço.

— Em que século?! o século tanto é dezoito aqui como em Lisboa.

— Ah! sim? Cuidei que o tempo parara aqui no século doze...

O marido achou que devia rir-se do chiste, que o não lisonjeava grandemente.

Fernão Botelho, pai do juiz de fora, saiu à frente do préstito para dar a mão à nora, que apeava da liteira, e conduzi-la à de casa. D. Rita, antes de ver a cara de seu sogro, contemplou-lhe a olho armado as fivelas de aço, e a bolsa do rabicho. Dizia ela depois, que os fidalgos de Vila Real eram muito menos limpos que os carvoeiros de Lisboa. Antes de entrar na avoenga liteira de seu marido, perguntou, com a mais refalsada seriedade, se não haveria risco em ir dentro daquela antiguidade. Fernão Botelho asseverou a sua nora que a sua liteira não tinha ainda cem anos, e que os machos não excediam a trinta.

O modo altivo como ela recebeu as cortesias da nobreza — velha nobreza, que para ali viera em tempo de D. Dinis, fundador da vila — fez que o mais novo do préstito, que ainda vivia há doze anos, me dissesse a mim: «Sabíamos que ela era dama da Senhora D. Maria I; porém da soberba com que nos tratou ficamos pensando que seria ela a própria rainha.» Repicaram os sinos da terra quando a comitiva assomou à Senhora de Almudena. D. Rita disse ao marido que a receção dos sinos era a mais estrondosa e barata.

Apearam à porta da velha casa de Fernão Botelho. A aia do paço relanceou os olhos pela fachada do edifício, e disse de si para si: «É uma bonita vivenda para quem foi criada em Mafra e Sintra, na Bemposta e Queluz.»

Decorridos alguns dias, D. Rita disse ao marido que tinha medo de ser devorada das ratazanas; que aquela casa era um covil de feras; que os tetos estavam a desabar; que as paredes não resistiriam ao inverno; que os preceitos de uniformidade conjugal não obrigavam a morrer de frio uma esposa delicada e afeita às almofadas do palácio dos reis.

Domingos Botelho conformou-se com a estremecida consorte, e começou a fábrica de um palacete. Escassamente lhe chegavam os recursos para os alicerces: escreveu à rainha, e obteve generoso subsídio com que ultimou a casa. As varandas das janelas foram a última dádiva que a real viúva fez à sua dama. Quer-nos parecer que a dádiva é um testemunho, até agora inédito, da demência da Senhora D. Maria I.

Domingos Botelho mandara esculpir em Lisboa a pedra de armas; D. Rita, porém, teimara que no escudo se esarteassem também as suas; mas era tarde, porque já a obra tinha vindo do escultor, e o magistrado não podia com segunda despesa, nem queria desgostar seu pai, orgulhoso de seu brasão. Resultou daqui ficar a casa sem armas e D. Rita vitoriosa.*

O juiz de fora tinha ali parentela ilustre. O aprumo da fidalga dobrou-se até aos grandes da província, ou antes houve por bem levantá-los até ela. D. Rita tinha uma corte de primos, uns que se contentavam de serem primos, outros que invejavam a sorte do marido. O mais audacioso não ousava fitá-la de rosto, quando o ela remirava com a luneta em jeito de tanta altivez e zombaria, que não será estranha figura dizer que a luneta de Rita Preciosa era a mais vigilante sentinela da sua virtude.

Domingos Botelho desconfiava da eficácia dos merecimentos próprios para cabalmente encher o coração de sua mulher. Inquietava-o o ciúme; mas sufocava os suspiros, receando que Rita se desse por injuriada da suspeita. E razão era que se ofendesse. A neta do general frígido no caldeirão sarraceno ria dos primos, que, por amor dela, erriçavam e empoavam as cabeleiras com desgracioso esmero, e cavaleavam estrepitosamente na calçada os seus ginetes, fingindo que os picadores da província não desconheciam as graças hípicas do marquês de Marialva.

* É a casa-palacete da «Rua da Piedade», hoje pertencente ao doutor António Girardo Monteiro. (*Nota da 1.ª edição.*)

Não o cuidava assim, porém, o juiz de fora. O intriguista que lhe trazia o espírito em ânsias era o seu espelho. Via-se sinceramente feio, e conhecia Rita cada vez mais em flor, e mais enfadada no trato íntimo. Nenhum exemplo da história antiga, exemplo de amor sem quebra entre o esposo deforme e a esposa linda, lhe ocorria. Um só lhe mortificava a memória, e esse, conquanto fosse da fábula, era-lhe avesso, e vinha a ser o casamento de Vénus e Vulcano. Lembravam-lhe as redes que o ferreiro coxo fabricara para apanhar os deuses adúlteros, e assombrava-se da paciência daquele marido. Entre si, dizia ele, que, erguido o véu da perfídia, nem se queixaria a Júpiter, nem armaria ratoeiras aos primos. A par do bacamarte de Luís Botelho, que varara em terra o alferes, estava uma fileira de bacamartes em que o juiz de fora era entendido com muito superior inteligência à que revelava na compreensão do Dígesto e das Ordenações do Reino.

Este viver de sobressaltos durou seis anos, ou mais seria. O juiz de fora empenhara os seus amigos na transferência, e conseguiu mais do que ambicionava: foi nomeado provedor para Lamego. Rita Preciosa deixou saudades em Vila Real, e duradoura memória da sua soberba, formosura e graças de espírito. O marido também deixou anedotas que ainda agora se repetem. Duas contarei somente para não enfadar. Acontecera um lavrador mandar-lhe o presente duma vitela, e mandar com ela a vaca, para se não desgarrar a filha. Domingos Botelho mandou recolher à loja a vitela e a vaca, dizendo que quem dava a filha dava a mãe. Outra vez, deu-se o caso de lhe mandarem um presente de pastéis em rica salva de prata. O juiz de fora repartiu os pastéis pelos meninos, e mandou guardar a salva, dizendo que receberia como escárnio um presente de doces, que valiam dez patações, sendo que naturalmente os pastéis tinham vindo como ornato da bandeja. E assim é que, ainda hoje, em Vila Real, quando se dá um caso análogo de ficar alguém com o conteúdo e continente, diz a gente da terra: «Aquele é como o doutor brocas.»

Não tenho assunto de tradição com que possa deter-me em miudezas da vida do provedor em Lamego. Escassamente sei que D. Rita aborrecia a comarca, e ameaçava o marido de ir com os seus cinco filhos para Lisboa, se ele não saísse daquela intratável terra. Parece que a fidalguia de Lamego, em todo o tempo orgulhosa duma antiguidade, que principia na aclamação de Almacave, desdenhou a filúcia da dama do paço, e esmerilhou certas vergôntes podres do tronco dos Botelhos Correias de Mesquita, desprimorando-lhe as sãs com o facto de ele ter vivido dois anos em Coimbra tocando flauta.

Em 1801, achamos Domingos José Correia Botelho de Mesquita corregedor em Viseu.

Manuel, o mais velho de seus filhos, tem vinte e dois anos, e frequenta o segundo ano jurídico. Simão, que tem quinze, estuda humanidades em Coimbra. As três meninas são o prazer e a vida toda do coração de sua mãe.

O filho mais velho escreveu a seu pai queixando-se de não poder viver com seu irmão, temeroso do génio sanguinário dele. Conta que a cada passo se vê ameaçado na vida, porque Simão emprega em pistolas o dinheiro dos livros, convive com os mais famosos perturbadores da academia, e corre de noite as ruas insultando os habitantes e provocando-os à luta com assuadas. O corregedor admira a bravura de seu filho Simão, e diz à consternada mãe que o rapaz é a figura e o génio de seu bisavô Paulo Botelho Correia, o mais valente fidalgo que dera Trás-os-Montes.

Manuel, cada vez mais aterrado das arremetidas de Simão, sai de Coimbra antes de férias e vai a Viseu queixar-se, e pedir que lhe dê seu pai outro destino. D. Rita quer que seu filho seja cadete de cavalaria. De Viseu parte para Bragança Manuel Botelho, e justifica-se nobre dos quatro costados para ser cadete.

No entanto, Simão recolhe a Viseu com os seus exames feitos e aprovados. O pai maravilha-se do talento do filho, e desculpa-o da extravagância por amor do talento. Pede-lhe explicações

do seu mau viver com Manuel, e ele responde que seu irmão o quer forçar a viver monasticamente.

Os quinze anos de Simão têm aparências de vinte. É forte de compleição; belo homem com as feições de sua mãe, e a corpulência dela; mas de todo avesso em génio. Na plebe de Viseu é que ele escolhe amigos e companheiros. Se D. Rita lhe censura a indigna eleição que faz, Simão zomba das genealogias, e mormente do general Caldeirão que morreu frito. Isto bastou para ele granjear a malquerença de sua mãe. O corregedor via as coisas pelos olhos de sua mulher, e tomou parte no desgosto dela, e na aversão ao filho. As irmãs temiam-no, tirante Rita, a mais nova, com quem ele brincava puerilmente, e a quem obedecia, se lhe ela pedia com meiguices de criança, que não andasse com pessoas mecânicas.

Finalizavam as férias, quando o corregedor teve um grave dissabor. Um dos seus criados tinha ido levar a beber os machos, e, por descuido ou propósito, deixou quebrar algumas vasilhas que estavam à vez no parapeito do chafariz. Os donos das vasilhas conjuraram contra o criado; espancaram-no. Simão passava nesse ensejo; e, armado dum fueiro que descravou dum carro, partiu muitas cabeças, e rematou o trágico espetáculo pela farsa de quebrar todos os cântaros. O povolú intacto fugira espavorido, que ninguém se atrevia ao filho do corregedor; os feridos, porém, incorporaram-se e foram clamar justiça à porta do magistrado.

Domingos Botelho bramava contra o filho, e ordenava ao meirinho-geral que o prendesse à sua ordem. D. Rita, não menos irritada, mas irritada como mãe, mandou, por portas travessas, dinheiro ao filho para que, sem detença, fugisse para Coimbra, e esperasse lá o perdão do pai.

O corregedor, quando soube o expediente de sua mulher, fingiu-se zangado, e prometeu fazê-lo capturar em Coimbra. Como, porém, D. Rita lhe chamasse brutal nas suas vinganças, e estúpido juiz de uma rapaziada, o magistrado desenrugou a severidade postiça da testa, e confessou tacitamente que era brutal e estúpido juiz.

«Se viveres, um dia serás livre;
a pedra do sepulcro é que nunca se levanta.»

Amor de Perdição narra o drama de um trágico triângulo amoroso entre Simão Botelho, Teresa de Albuquerque e Mariana da Cruz. Profundamente apaixonados mas descendentes de famílias rivais envolvidas numa quezília antiga, Simão e Teresa verão o seu amor proibido pelo orgulho dos pais e condenado por uma moral social bafienta, precipitando assim os destinos dos dois jovens amantes e de Mariana, que amava Simão em silêncio.

Escrita na Cadeia da Relação do Porto em 1861, durante uma pena que cumpria o próprio autor pelo delito de amar uma mulher casada, esta novela é considerada umas das obras-primas da literatura romântica portuguesa. Observador astuto da condição humana e crítico mordaz da falsa moral e da hipocrisia, Camilo Castelo Branco teceu uma trama intensa onde o amor se prefigura como uma voz insubordinada em defesa da liberdade.

P E N G U I N



C L Á S S I C O S

Fixação de texto de Ivo Castro
Prefácio de Abel Barros Baptista



Couple au Chandelier
1954 (óleo sobre tela)
Marc Chagall

© Christie's Images /
Bridgeman Images

ISBN 9789897845123



9 789897 845123 >

penguinlivros.pt

f t i penguinlivros



Penguin
Random House
Grupo Editorial